

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

1. Introdução; 2. Artesanato Indígena; 2.1. Produção Artesanal – Tipologias; 2.2. Povos Indígenas no Brasil e na Amazônia – Identidade, Cultura e Território; 2.3. Artesanato Indígena e Desenvolvimento Sustentável; 2.4. Gestão Ambiental Municipal e a Cadeia Produtiva do Artesanato Indígena; 2.5. A Questão de Gênero na Cadeia Produtiva do Artesanato Indígena; 3. Experiências de Formação da Cadeia Produtiva do Artesanato Indígena na Amazônia; 3.1. Artesanato Indígena - Yakinõ; 3.2. Arte Baniwa; 3.3 Arte Indígena Apurinã; 3.4 Arte Indígena Ashaninka; 3.5. Artesanato Wajãpi; 3.6 Cestaria Yanomami; 3.7. Tecelagem Kaxinawá; 3.8. Mel dos Índios do Xingu; 3.9. Guaraná Nativo dos Sateré-Mawé; 3.10. Instituto Kabu; 3.11. Wariró – Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro; 4. Avaliações das Experiências e Recomendações; 4.1. Problemas e Dificuldades detectados; 4.2. Propostas para Implantação e Melhorias na Gestão da Cadeia Produtiva do Artesanato Indígena no Âmbito Municipal na Amazônia; 5. Considerações Finais; 6. Referências Bibliográficas; 7. Referências de Sites na Internet

1. Introdução

Esta Nota Técnica tem como principal objetivo oferecer à Administração Municipal algumas referências fundamentais para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia, por meio da apresentação de conceitos e de experiências práticas.

2. Artesanato Indígena

2.1 Produção Artesanal – Tipologias

A atividade artesanal tem como eixos a produção não industrial, de forma individual ou em pequenos grupos, a utilização de matérias-primas e a vinculação com uma identidade cultural. Portanto, artesanato pode assim ser definido:

Compreende toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (possui valor simbólico e identidade cultural), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios.¹

Neste sentido, os atores da atividade artesanal são os artesãos e os mestres-artesãos. Artesanato diferencia-se de ‘arte popular’ pelo seu caráter reprodutivo de uma matriz original, e diferencia-se de ‘trabalhos manuais’ pela presença do simbolismo identitário-cultural. Os mestres-artesãos são reconhecidos e legitimados pela comunidade como detentores de saberes do ofício, que são transmitidos aos artesãos, responsáveis diretos pela produção artesanal.

A cadeia produtiva do artesanato prevê diferentes tipos de organização dos artesãos. Em ordem crescente de tamanho, tem-se: núcleos de artesãos, associações, cooperativas, sindicatos e confederações. O artesanato pode ser produzido a partir das mais variadas matérias-primas naturais (de origem vegetal, animal ou mineral), ou processadas (argila, fios/tecidos ou materiais sintéticos). Devido às suas características específicas alguns produtos artesanais estão sujeitos à certificação de uso, tais como alimentos e bebidas, cosméticos e brinquedos.

¹ BRASIL, 2012, p.28.

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

Dentre os diversos tipos de artesanato, o indígena é primordial, pois esta atividade produtiva sempre se vinculou à uma tradicionalidade identitária:

Resultado do trabalho produzido no seio de comunidades e etnias indígenas, onde se identifica o valor de uso, a relação social e cultural da comunidade. Os produtos, em sua maioria, são resultantes de trabalhos coletivos, incorporados ao cotidiano da vida tribal.²

Os artesanatos também podem ser classificados de acordo com suas funcionalidades. Desta maneira, existem aqueles voltados para uso como adornos, decorativos, educativos, lúdicos, místicos, utilitários, profanos e como lembranças. Na produção artesanal são utilizadas diversas técnicas. A Portaria SCS/MDIC nº 8, de 15 de março de 2012, descreve e regula 52 técnicas, as quais serão referidas conforme sejam aqui abordadas.

2.2 Povos Indígenas no Brasil e na Amazônia – Identidade, Cultura e Território

No Brasil existem atualmente 817.963 indígenas autodeclarados, os quais pertencem a 305 etnias e falam 274 diferentes línguas³. Desses, 382.961 (ou 46,8%) vivem nos 771 Municípios que constituem a Amazônia Legal brasileira, o que demonstra a capital importância desta região para a ação do Estado em relação a este segmento populacional. Dos 771 Municípios amazônicos, 692 (ou 89,8%) têm registro de presença indígena.

Confirmando esta importância da Amazônia Legal na questão indígena tem-se que sete dos dez Municípios com maior população indígena absoluta do Brasil estão nesta região. O Município com maior número de índios no país é São Gabriel da Cachoeira – AM, com 29.017. Seguem-se os Municípios de São Paulo de Olivença – AM (14.974)

e Tabatinga – AM (14.855). Os outros constantes nesta lista são: Santa Isabel do Rio Negro – AM (10.749, 5º lugar), Benjamin Constant – AM (9.833, 6º lugar), Boa Vista – RR (8.550, 8º lugar) e Barcelos – AM (8.367, 9º lugar).

Em termos do percentual de índios na população municipal o índice de participação da Amazônia no Brasil é similar, sete em dez. Uiramutã – RR é o primeiro da lista, com 88,1% de sua população indígena autodeclarada. Seguem-se São Gabriel da Cachoeira – AM (76,6%, 3º lugar), Santa Isabel do Rio Negro – AM (59,2%, 6º lugar), Normandia – RR (56,9%, 7º lugar), Pacaraima – RR (55,4%, 8º lugar), Santa Rosa do Purus – AC (53,8%, 9º lugar) e Amajari – RR (53,8%, 10º lugar).

Desde a Constituição Federal de 1988 (art. 231) os índios passaram a ter direito sobre as terras

(...) “por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

Neste sentido atualmente existem 700 terras indígenas (TIs) no país, ocupando 1.172.275km² (ou 13,8% do território nacional). Neste quesito, ainda mais acentuadamente do que exposto em relação à população, a importância da Amazônia Legal é central: são 422 áreas, ocupando 1.114.012km². Estas representam 22,2% da superfície amazônica e 98,4% da extensão de todas as TIs brasileiras. O Estado de Roraima apresenta a maior porção de território demarcada como TI: 46,2%, seguida pelo Amazonas (28,5%) e Pará (22,8%).

Nos nove Estados componentes da Amazônia Legal contabilizam-se indígenas de 205 diferentes etnias.

² BRASIL, 2012, p.28.

³ Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

A maior diversidade étnica é no Amazonas, com 75. Isto demonstra a enorme diversidade cultural existente entre os povos indígenas e, conseqüentemente, o grande potencial para a produção artesanal de alto padrão, pois decorrente de variadas fontes identitárias e simbólicas.

2.3 Artesanato Indígena e Desenvolvimento Sustentável

A cadeia produtiva do artesanato indígena está diretamente associada às questões elencadas pelo desenvolvimento sustentável. Primeiro pela intrínseca relação estabelecida pelos povos indígenas e o meio ambiente, já tradicionalmente calcada nos preceitos da sustentabilidade. Outro ponto fundamental é a possibilidade de geração de trabalho e renda através da valorização de produtos artesanais feitos de matérias-primas locais, de longo histórico de uso, e sobre os quais estas populações têm grande conhecimento. Isto fomenta uma utilização tradicional da floresta, evitando outras possibilidades de aproveitamento econômico muito mais degradantes.

2.4 Gestão Ambiental Municipal e a Cadeia Produtiva do Artesanato Indígena

A gestão municipal tem muito a se beneficiar em vários aspectos da questão ambiental apoiando a cadeia produtiva do artesanato indígena. Esta abarca essencialmente três etapas fundamentais: a idealização do artesanato, sua confecção (que pode ser subdividida em aquisição da matéria-prima e confecção propriamente dita), e sua comercialização. No escopo da gestão ambiental municipal podem haver benefícios advindos de todas estas etapas.

Conforme os produtos artesanais forem idealizados pelos mestres-artesãos baseados na cultura de seus povos terão preferência matérias-primas disponíveis localmente, sobre as quais tais

povos tenham o controle de sua disponibilidade de forma sustentável. Isso, aliado à dedicação ao artesanato de população já tradicionalmente treinada nesta produção, oferece uma possibilidade única de fomentar o desenvolvimento sustentável em bases locais.

A realização de forma eficiente da última etapa dessa cadeia produtiva – a comercialização – é fundamental para alcançar os objetivos ambientais. Aqui diversas variáveis devem ser observadas atentamente, principalmente a distância entre os locais de produção e comércio e conseqüentemente o custo do transporte e as possibilidades concretas de venda dos produtos.

Por fim, a valorização da cultura local é um fator altamente positivo para a imagem do Município, o qual pode se beneficiar, por exemplo, por meio da promoção de atividades turísticas, que, por sua vez, também fortalecerão a cadeia produtiva do artesanato indígena.

2.5 A Questão de Gênero na Cadeia Produtiva do Artesanato Indígena

Ressalta-se a importância das mulheres na cadeia produtiva do artesanato indígena centralmente por dois fatores. O primeiro é a tradicionalidade do gênero feminino no domínio das técnicas de produção artesanal estabelecida em diversas etnias, conforme exemplos descritos mais adiante. O segundo fator é organizativo, já que muitas associações e/ou cooperativas são fundadas e compostas majoritariamente por mulheres.

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

3. Experiências de Formação da Cadeia Produtiva do Artesanato Indígena na Amazônia

Nos 771 Municípios que conformam a Amazônia Legal, o Censo 2010⁴ detectou a presença de 26.368 pessoas que declaram ter como principal ocupação de trabalho o artesanato. Entre estas 11.564 (ou 44%) eram 'Ceramistas e afins (preparação e fabricação)', 5.537 (ou 21%) eram 'Artesãos de pedra, madeira, vime e materiais semelhantes' e 2.807 (ou 11%) eram 'Artesãos de tecidos, couros e materiais semelhantes'. Infelizmente não há nestes dados a discriminação em termos de quantos desses artesãos seriam indígenas.

Existe uma grande dificuldade em quantificar e totalizar as informações sobre a cadeia produtiva do artesanato indígena na Amazônia⁵. Primeiramente pela magnitude desta região, e pela fragmentação das fontes de informação. Assim, são as ONGs ou pesquisas acadêmicas que buscam, com diferentes objetivos, reunir dados sobre a produção de artesanato por indígenas. O Instituto

Socioambiental – ISA disponibiliza⁶ uma listagem constantemente atualizada com as organizações indígenas brasileiras por unidade de federação, contendo seu nome, os povos indígenas que a compõem, seu endereço, e, em algumas, uma forma de contato.

Somente nos nove Estados da Amazônia Legal contabilizou-se 615 organizações indígenas, com variadas escalas, abrangências e especificações setoriais: 234 no Amazonas, 111 no Mato Grosso, 56 no Pará, 50 no Acre, 50 no Maranhão, 46 em Rondônia, 31 em Roraima, 24 em Tocantins e 13 no Amapá. Todas estas organizações teriam potencialmente informações qualificadas sobre a produção artesanal indígena. Destas, 13 organizações⁷ são especialmente voltadas para os artesãos indígenas, expressando esta característica no próprio nome. Ressalta-se que muitas outras organizações podem tratar de aspectos relacionados à cadeia produtiva do artesanato indígena, porém tal seleção demandaria uma pesquisa específica.

Em 1995 foi criado pelo Governo Federal o Programa do Artesanato Brasileiro – PAB, coordenado pela Secretaria de Comércio e Serviços

⁴ IBGE, Censo 2010.

⁵ Apesar da iniciativa considerável do PAB, os dados do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab) não são disponibilizados publicamente. Outra fonte possível, como o Censo do IBGE não possui pesquisas que correlacionem os dados de ocupação com os de raça/cor. A FUNAI também não disponibiliza informações neste sentido.

⁶ <http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/organizacoes-indigenas/lista-de-organizacoes>. Acesso em abril de 2016.

⁷ **Associação das Mulheres Indígenas Kaxinawá Produtoras de Artesanato de Tarauacá e Jordão – APAMINKTAJ** – Povos: Kaxinawá – Tarauacá – AC; **Associação dos Artesãos e Manejadores Indígenas Apurinã – ASAMIA** – Povos: Apurinã – Rio Branco – AC; **Associação dos Seringueiros, Agricultores e Artesãos Kaxinawá de Novo Olinda – ASPAKNO** – Povos: Kaxinawá – Feijó – AC; **Associação Arte e Cultura Indígena do Amazonas – AACIAM** – Povos: Tariana, Mura, Tukano, Tuyuka, Ticuna, Kambeba, Desana, Baniwa – Manaus – AM; **Associação**

Arte Poranga Indígena do Rio Negro – AAPIRN/FOIRN – Povos: Desana, Baré – São Gabriel da Cachoeira – AM; **Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho – AMATÜ** – Povos: Ticuna – Benjamin Constant – AM; **Associação dos Artesãos e Cultura Indígenas de Umariacú – ACIU-WARE** – Povos: Ticuna – Tabatinga – AM; **Associação dos Artesãos Indígenas de São Gabriel da Cachoeira – ASSAI-SGC/FOIRN** – Povos: Tariana, Tukano, Tuyuka, Desana, Baniwa, Baré, Kubeo – São Gabriel da Cachoeira – AM; **Centro de Artesanato Indígena Tikunaense – CAITI** – Povos: Ticuna – Santo Antônio do Itá – AM; **Organização Indígena dos Artesãos de Belém do Solimões – OIABS** – Tabatinga – AM; **União das Mulheres Artesãs Indígenas do Médio Rio Negro – UMAI/FOIRN** – Povos: Tariana, Tukano, Tuyuka, Pira-tapuya, Kanamari, Desana, Arapaso, Baniwa, Baré, Makuna, Nadöb – Santa Isabel do Rio Negro – AM; **Cooperativa de Trabalho de Artesãos Indígenas de Rondônia – YAWITER – COOP' ART' INDÍGENA** – Povos: Zoró, SuruiPaiteir, Karitiana, Cinta larga – Cacoal – RO; **Associação Indígena dos Produtores Rurais e Artesãos Pankararu-Gurupi/TO – APRAPG** – Gurupi – TO.

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em 2007 foi implantado o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – Sicab, criando uma base de dados dos artesãos e suas organizações. O cadastro dos artesãos é feito por cada Coordenação Estadual do Artesanato, que emite também a Carteira Nacional do Artesão ou do Trabalhador Manual.

Em 2012 foi publicado o livro *Base conceitual do artesanato brasileiro*⁸, o qual apresenta o PAB e duas Portarias do SCS/MDIC que definem as conceituações básicas para o artesanato brasileiro, tais como: formas de organização do artesanato/artesãos; tipologias, classificação e funcionalidade do artesanato.

Com a aquisição da carteira, o artesão passa a ter uma identidade profissional, benefícios como poder circular com mercadorias por todo o território nacional com a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), participar de feiras e eventos internacionais, ter acesso à Nota Fiscal Avulsa de Emissão Eletrônica (e-NFA), vender legalmente seu produto para grandes clientes e realizar empréstimos em instituições financeiras. A título de exemplo, no Estado do Amazonas até 2015, segundo dados da Secretaria de Estado do Trabalho – Setrab, já haviam sido cadastrados 3.300 artesãos⁹.

A partir de 2013 o desenvolvimento de políticas públicas de apoio ao artesanato passou a ser competência da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República – SMPE/PR e o PAB passou a ser gerido pelo Núcleo de Apoio ao Artesanato, compondo a estrutura da Secretaria de Competitividade e Gestão – SECOMP da SMPE¹⁰.

Para melhor conhecimento acerca das possibilidades de formação e fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia foram selecionadas duas experiências bem-sucedidas e sobre as quais serão apresentadas informações mais detalhadas: a do Instituto Kabu e a da Wariró – Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro. Além destas, muitas outras tiveram sucesso e foram de algum modo detectadas pela pesquisa. Descrevemos brevemente a seguir nove das quais obtiveram mais destaque no cenário nacional.

3.1 Artesanato Indígena – Yakinõ

Promovida pela Associação de cultura e produção indígena Yakinõ, criada em 2001 pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia – COIAB, fundada em 1989 e que coordena 75 organizações indígenas regionais de 165 etnias, tendo assim abrangência em toda a Amazônia. A atuação da Yakinõ pauta-se no

(...) “fortalecimento institucional das associações; desenvolvimento de atividades de produção sustentável nas comunidades; elaboração de estratégias de marketing para divulgação e inserção no mercado (...); e criação de um centro de pesquisa e divulgação da cultura indígena”.¹¹

O artesanato está no centro das atividades da Yakinõ. Sua sede em Manaus funciona como loja dos produtos e como espaço de intercâmbio entre as organizações e os artesãos indígenas.

(...) “a associação desenvolve também o Programa de Desenvolvimento Sustentável Indígena da Amazônia Brasileira, financiado pela Fundação Ford, nas áreas de produtos

⁸ BRASIL, 2012.

⁹ <http://www.amazonas.am.gov.br/2015/06/em-parintins-governo-do-amazonas-oferece-oportunidade-para-artesaos-expandirem-os-negocios/>. Acesso em abril de 2016.

¹⁰ <http://www.relacoesinstitucionais.gov.br/micro-e-pequena-empresa/assuntos/programa-do-artesanato-brasileiro>. Acesso em abril de 2016.

¹¹ Negócios para Amazônia sustentável, 2002/2003, p.26.

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

medicinais, alimentícios e artesanato, buscando parcerias técnicas para assessorar as organizações indígenas na produção de óleo de copaíba, beneficiamento da castanha, mel e babaçu. A Yakinõ tem como parceiros permanentes a UNAIS, na assessoria geral do projeto, a COIAB, no apoio logístico e assessoria política das associações, as Organizações Indígenas de base, no apoio e sustento às atividades em desenvolvimento nas comunidades, e a FUCAPI, Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica, na assessoria técnica ao projeto de babaçu”.¹²

3.2 Arte Baniwa

Promovida pela Organização Indígena da Bacia do Içana – OIBI, filiada à FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, foi fundada em 1992 e representa 16 comunidades Baniwa¹³. Desde 1994 a OIBI/FOIRN em parceria com o ISA desenvolve diversos projetos relacionados principalmente ao desenvolvimento sustentável. O grande produto é a Cestaria de Arumã, tradicionalmente feita por homens adultos, para uso das mulheres no processamento da mandioca-brava, base da alimentação do povo Baniwa.



¹² Negócios para Amazônia sustentável, 2002/2003, p.27. O projeto do babaçu é realizado desde o ano 2000 entre os índios Mura, na Região do Baixo Madeira, Município de Autazes – AM. Em 2004 foi criada a Associação dos Produtores

Figura 1. Jarro kaxadádali sendo confeccionado – povo Baniwa do Rio Negro. **Fonte:** <http://www.artebaniwa.org.br/>. Acesso em abril de 2016.

Em sua página eletrônica são descritos minuciosamente os quatro tipos de cestarias produzidos para venda – urutu, balaio, jarro e peneira –, além de aspectos sobre a planta arumã, e cada uma das etapas da produção: a extração, a raspagem e areação, a extração dos pigmentos, o tingimento, o descortiçamento, o trancamento (Figura 1), o acabamento, a etiquetagem e embalagem, e finalmente o transporte.

Outro produto emblemático é a pimenta Baniwa, cultivada tradicionalmente pelas mulheres. Esta é comercializada sob a forma de pó, resultado de uma mistura única de diversas pimentas, desidratadas e moídas com sal especial. O produto final é a pimenta Baniwa tipo jiquitaia, de ampla distribuição, alcançando os grandes centros consumidores nacionais.

A arte Baniwa teve apoio do

(...) “ISA para a elaboração de planos de negócios, a capacitação da associação e a mobilização de recursos. O projeto contou com apoio financeiro da ONG Austríaca Horizont 3000 desde o início de seu desenvolvimento e também do Ministério do Meio Ambiente na elaboração do Plano de Negócios, através do Fundo Nacional do Meio Ambiente”.¹⁴

Indígenas Mura de Autazes – APIMA, que passou a gerir esta cadeia produtiva (TARIANO, 2004).

¹³ <http://www.artebaniwa.org.br/>. Acesso em abril de 2016.

¹⁴ Negócios para Amazônia sustentável, 2002/2003, p.19.

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

3.3 Arte Indígena Apurinã

Promovida pela Associação dos artesãos e manejadores indígenas Apurinã – ASAMIA e pelo Grupo de pesquisa e extensão em sistemas agroflorestais – PESACRE¹⁵, no Acre. Variados produtos como colares, pulseiras, anéis, e brincos são feitos de sementes de palmeiras como tucumã, inajá, jarina e açai. A coleta das matérias-primas é feita por homens e o acabamento pelas mulheres.

Esta cadeia produtiva¹⁶ foi estabelecida através do projeto denominado Manejo Comunitário de Produtos Florestais Não Madeireiros, que realiza um trabalho de mapeamento ambiental das espécies e indivíduos das palmeiras utilizadas. A ASAMIA e o PESACRE também gerem a organização comunitária do trabalho e a comercialização da produção. O projeto obteve apoio financeiro da USAID desde 1994, e em 1991, do MMA/FNMA, o qual financiou um projeto para o fortalecimento da gestão social e econômica da comunidade.

3.4 Arte Indígena Ashaninka

Promovida pela Associação Ashaninka do Rio Amônia APIWTXA, no Acre (que também atua nas áreas de organização da produção, educação e saúde). A produção artesanal é promovida como uma forma de manter os conhecimentos tradicionais e geração de renda. A APIWTXA define quais produtos podem ser comercializados e quais são apenas para uso dos indígenas.

O artesanato Ashaninka é composto por cerca de 80 artigos de uso tradicional, como arcos e flechas, instrumentos musicais, colares de sementes e miçangas, cestaria, entre outros. Geralmente o trabalho artesanal envolve tanto homens quanto mulheres. Já a tecelagem, por exemplo, é uma

função eminentemente feminina. Utilizando o algodão, as mulheres tecem os fios que confeccionarão bolsas, tipoias e *cushma* (vestimenta). O tingimento é obtido naturalmente pela variação do próprio algodão, ou pelo uso de corantes nativos, como cascas, barro, raízes e folhas. Para se ter uma dimensão da complexidade e do apuro desse processo, uma só peça pode consumir até cinco meses de trabalho contínuo.¹⁷

3.5 Artesanato Wajãpi

Promovido pelo Conselho das aldeias Wajãpi – APINA, fundado em 1994. No Amapá o povo Wajãpi possui TIs nos Municípios de Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari. O conselho, além de zelar pelos direitos indígenas, tem como principal objetivo a produção e comercialização do artesanato, no que é assessorado pelo Centro de Trabalho Indigenista – CTI.

Tradicionalmente, os Wajãpi utilizam um conjunto de conhecimentos e tecnologias que garantem sua sustentabilidade, como a confecção de equipamentos de caça e pesca; instrumentos para o processamento da mandioca e preparo de alimentos; artefatos talhados em madeira; panelas, tigelas e potes em cerâmica; tecelagem de algodão para o vestuário; adornos em plumária para uso cotidiano e ritual, e muitos outros artefatos. O conjunto destes e o saber neles implícito constituem a cultura material Wajãpi, presente em diversas formas na vida da etnia: no manejo dos recursos naturais, nas técnicas de manufatura, e na organização tradicional do trabalho.¹⁸

¹⁵ <http://www.pesacre.org.br/>. Acesso em abril de 2016.

¹⁶ <http://www.amazonlink.org/apurina/port/joias.htm>. Acesso em abril de 2016.

¹⁷ Negócios para Amazônia sustentável, 2002/2003, p.22- 23.

¹⁸ Negócios para Amazônia sustentável, 2002/2003, p.28.

3.6 Cestaria Yanomami

Promovida pela Comissão pró Yanomami – CCPY, ONG fundada em 1978. O projeto abarca 14 aldeias nas regiões do Demini, Toototobi e Parawau, no Amazonas. A produção da cestaria é exclusiva das mulheres que utilizam quatro diferentes fibras:

(...) “o cipó titica (*masikiki*) e a raiz de paxiubinha (*horomo si*), que são mais resistentes e por isso utilizados na confecção da trama e da armação-base; o cipó imbé (*morothomathoxiki*) e um fungo que parece uma raiz (*uxiuxikiki*), que são outras duas fibras mais flexíveis, entrelaçadas à base. Para embelezar ainda mais os cestos, podem ser feitos desenhos com urucum (vermelho) e jenipapo (preto), semelhantes aos desenhos que os Yanomami aplicam ao próprio corpo”.¹⁹

3.7 Tecelagem Kaxinawá

Promovida pela Associação das produtoras artesãs mulheres indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão – APAMINKTAJ e pela Associação do povo Kaxinawá do rio Jordão – ASKARJ, no Acre. A produção da tecelagem é feita pelas mulheres. Os produtos comercializados também são de uso cotidiano, tais como redes, mantas e chapéus.

“A tecelagem Kaxinawá é caracterizada pela sua ornamentação com os *kene* – “escrita” ou “desenho”, no idioma da etnia. Do ponto de vista plástico, os *kene* são um conjunto de padrões gráficos tradicionalmente associados aos desenhos do corpo da jiboia (Yube), que segundo os mitos de origem seria a dona ou mestra desse conhecimento. Diversos (...) *kene* são utilizados no cotidiano dos Kaxinawá, recobrando homens e mulheres na pintura corporal e alguns artefatos

de cestaria, cerâmica, e tecelagem em algodão”.²⁰

3.8 Mel dos Índios do Xingu

Promovido desde 1996 pela Associação Terra Indígena Xingu (Atix) em parceria com o ISA, no âmbito do Projeto Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis e Manejo de Recursos Naturais. São cinco povos indígenas que

(...) “participam da atividade, com 21 apiários instalados e 43 apicultores indígenas recebem formação específica. O mel de abelha europeia (*Apis mellifera*) do Xingu tem certificado de produto orgânico do Instituto Biodinâmico e foi o primeiro produto indígena a obter o certificado do Serviço de Inspeção Federal, do Ministério da Agricultura (SIF) no Brasil. O mel dos índios do Xingu é vendido pela rede Pão de Açúcar”.²¹

3.9 Guaraná Nativo dos Sateré-Mawé

Promovido desde 2009 pelo Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé – CPSM, entidade autônoma e auxiliar do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé – CGTSM (fundado em 1989) e apoiado pela Fundação SlowFood para a Biodiversidade (criada em Florença, em 2003). O CPSM comercializa seus produtos por intermédio da marca própria Nusoken²² (Figura 2). Além do bastão de guaraná, o mais tradicional, oferece o guaraná em pó, o pão de guaraná, mel de abelhas nativas, extrato de própolis, óleos de copaíba, andiroba, cumaru e breu, e pó de mirantan, muiraruira e unha-de-gato.

¹⁹ Negócios para Amazônia sustentável, 2002/2003, p.30-31.

²⁰ Negócios para Amazônia sustentável, 2002/2003, p.35.

²¹ <http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/alternativas-economicas/marcas-indigenas>. Acesso em abril de 2016.

²² <http://www.nusoken.com/>. Acesso em abril de 2016.

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

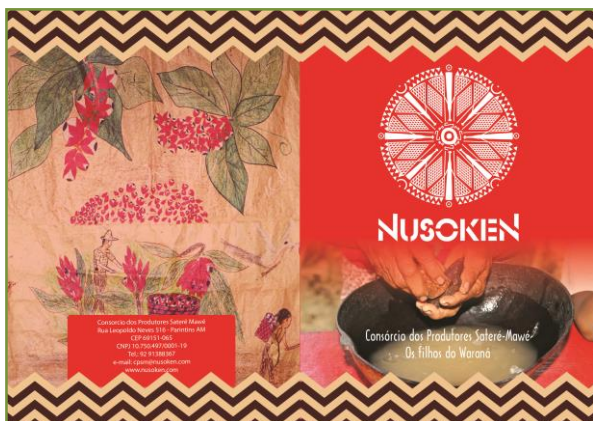


Figura 2. Fôlder ‘Filhos do Guaraná’, com o símbolo da Nusoken, marca dos Mawé. Fonte: <http://www.nusoken.com/>. Acesso em abril de 2016.

“O guaraná é cultivado há centenas de anos na Amazônia, entre o rio Tapajós e o Madeira, em uma região que corresponde ao território tradicional do povo indígena Sateré-Mawé. O guaraná nativo é um cipó que cresce espontâneo até uma altura de 12 metros. Os índios recolhem as pequenas plantas nascidas das sementes caídas e as transplantam nas clareiras da floresta. A semente (...) seca ao forno e sem a película externa, possui entre 3-4% de cafeína e é rica em fósforo, potássio, vitaminas e tanino. (...) o guaraná age no sistema nervoso eliminando o cansaço, estimulando as funções cognitivas e a memória. O guaraná é a base da cultura religiosa dos Sateré-Mawé”.²³

3.10 Instituto Kabu

A primeira experiência sobre a cadeia produtiva do artesanato indígena explicitada com maiores pormenores será a dos índios Kayapó²⁴. Estes, autodenominados de *Mebengokrê* (povo das

nascentes d’água) pertencem ao grupo étnico linguístico macro-Jê e estão localizados em nove Terras Indígenas (TIs Badjônkore, Baú, Capoto/Jarina, Las Casas, Kararaô, Kayapó, Menkragnoti, Xikrin do Catete e Trincheira/Bacajá) distribuídas por mais de 50 aldeias tanto no norte do Estado do Mato Grosso como na porção centro-sul do Estado do Pará²⁵. Estão no “Arco do Desmatamento”, área da Amazônia Legal com avanço de áreas de pastagens, do garimpo ilegal e de violentos conflitos por terra. Em meados dos anos 2000, após pressões internacionais, algumas dessas ações foram abrandadas, mas os Kayapó continuam a viver sobre contínuas ameaças.

Ainda na década de 1980 o governo e organizações socioambientais começaram a criar projetos de desenvolvimento de alternativas sustentáveis de geração de renda entre os Kayapó. O objetivo era reduzir a vulnerabilidade desses povos à notável pressão sofrida. Desta maneira as relações dos Kayapó com outros atores ampliaram-se para além da FUNAI abrangendo ONGs ambientalistas e indigenistas, como por exemplo a *Conservation International*²⁶, que desde 1992 atua na região e é idealizadora do Fundo Kayapó²⁷.

Uma das organizações de maior representatividade perante aos Kayapó, conjuntamente com a Associação Floresta Protegida (AFP) e o Instituto Raoni (IR), é o Instituto Kabu (IK) (Figura 3). Optou-

²³ <http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/alternativas-economicas/marcas-indigenas>. Acesso em abril de 2016.

²⁴ Seu nome também é redigido como Kaiapó ou Caiapós.

²⁵ Segundo informações do ISA.

²⁶ No projeto de Fortalecimento de Atividade de Geração de Renda a *Conservation International* é citada como a responsável pela destinação dos recursos alcançados junto à *Gordon & Betty Moore Foundation* e à *United States Agency for International Development (USAID)*.

²⁷ O Fundo Kayapó foi desenvolvido e criado pela Conservação Internacional (CI) com o apoio do BNDES e é atualmente

gerenciado pelo Funbio, contemplando as áreas de gestão de florestas públicas e áreas protegidas; o controle, monitoramento e fiscalização ambiental; atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta; e a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. O Fundo Kayapó capta recursos financeiros provenientes de instituições dispostas a colaborar com indígenas desta etnia e utilizar somente os rendimentos dessa aplicação financeira para financiar projetos apresentados por organizações indígenas. Pretende-se, então, que o fundo exista por prazo indeterminado. É importante também mencionar que o Fundo Kayapó é o primeiro fundo patrimonial apoiado pelo Fundo Amazônia e, consequentemente, pelo BNDES (ESTEVES, 2013).

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

se então pela descrição desta experiência de concepção, divulgação e venda do artesanato indígena. O Instituto Kabu é uma organização social e comunitária criada e dirigida pelo povo Kayapó Mekrãgnoti do sudoeste do Pará (particularmente das aldeias: Kubenkokre, Pykany e Baú), cuja sede está no Município de Novo Progresso (PA). O termo Kabu faz referência a um curandeiro/guerreiro que defende o povo. Os principais objetivos de sua criação são a defesa de seus direitos e a valorização da sua identidade étnica, além do destaque às:

(...) “ações de fiscalização e vigilância dos etnoterritórios; desenvolvimento sustentável por meio de alternativas econômicas; preservação do patrimônio cultural (material e imaterial) Kayapó; ações para manutenção das relações sociais com a sociedade envolvente e a execução de diversos projetos e programas que visam à manutenção do modo de vida das comunidades”.



Figura 3. Logotipo do Instituto Kabu. Ao redor imagens de trabalhos artesanais, como a pintura/grafismo e o trançado, típicos dos Kayapó.

Fonte: <http://institutokabu.blogspot.com.br/p/a-organizacao-criada-pelos-kayapo-das.html>. Acesso em abril de 2016.

Entre os parceiros e apoiadores do Instituto Kabu são citados a Conservação Internacional Brasil, Grupo Dias, *International Conservation Fund of Canada* (ICFC), a *Environmental Defense Fund* (EDF), Instituto Menire, Habitat Socioambiental,

FUNAI, DNIT, IBD Certificações, Associação Floresta Protegida (AFP), Imaflora e IBAMA.

Criado em 2008, o IK coordena e monitora dois projetos (PBA BR-163/PA e Termo de Cooperação Eletrobrás/Norte Energia) que, dentre outras finalidades, geram recursos ao Instituto que possibilitam a idealização e formulação de alternativas sustentáveis para os indígenas, destacadamente o artesanato.

O Plano Básico Ambiental (PBA) é uma condição para a instalação de empreendimentos e tem por função mitigar o passivo ambiental, ou seja, o conjunto de degradações constituído por externalidades geradas pela existência de atividades lesivas ou potencialmente impactantes. Deste modo, o PBA da BR-163/PA²⁸, busca minimizar os impactos da pavimentação da BR-163 – que liga Cuiabá a Santarém – e assegurar os recursos naturais e a integridade dos indígenas. Objetiva também valorizar alternativas econômicas sustentáveis, como por exemplo o uso desses recursos no desenvolvimento de novos produtos como a vela artesanal, a qual vem sendo desenvolvida pela instituição dentro do Programa de Alternativas Econômicas do PBA.

A vela artesanal é confeccionada com o ouriço da castanha-do-brasil e parafinas coloridas. A castanha em si é um produto promissor para a geração de renda que através de intervenções simples na sua cadeia produtiva gera diversos benefícios para a comunidade produtora²⁹. A iniciativa é inovadora por envolver um material da floresta antes dispensado, e enseja a confecção de um produto decorativo com potencial de fortalecer as ações de valorização cultural e proteção territorial dos Kayapó.

²⁸ Recursos vinculados ao DNIT num valor estimado de cerca de 7 milhões de reais.

²⁹ JEROZOLIMSKI, A. e RIBEIRO, M., 2011.

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

Outra fonte de recursos fundamentais teve origem em um Termo de Cooperação Eletrobrás/Norte Energia celebrado com o IK como fruto do convênio entre a FUNAI e a Eletrobrás após a emissão da licença ambiental da UHE de Belo Monte. Esse termo assegura recursos para múltiplas funções, tais como o apoio as safras (babaçu, castanha, cumaru etc.), a reabertura da antiga aldeia Mekrãgnoti, a vigilância das TIs Baú e Mekrãgnoti, e o apoio para a realização de oficinas de artesanatos nas aldeias. As oficinas valorizam a cultura indígena, aumentam a capacitação e o intercâmbio de conhecimentos, promovendo maior eficiência à cadeia produtiva do artesanato.

Neste sentido os produtos Kayapó Mekrãgnoti renovaram sua identidade, ultrapassando o Projeto Produtos da Sociobiodiversidade, para uma gama maior que inclui artesanatos, produtos florestais madeireiros, e roçados (Figura 4).



Figura 4. Identidade do Projeto Produtos da Sociobiodiversidade para todos os produtos Kayapó Mekrãgnoti, do Instituto Kabu. A simbologia homenageia seus artesãos ao estampar em sua identidade a pintura vermelha do urucum e o grafismo de jenipapo. Este primeiro dá significado ao nome MEKRÄGNÖTI, que quer dizer rosto vermelho. **Fonte:** Instituto Kabu.

Os projetos são inter-relacionados justamente por proporem alternativas econômicas que buscam envolver um maior número de atividades produtivas. Nesse âmbito, aqui serão descritos alguns projetos que são iniciativas tradicionais das

famílias Kayapó, utilizando matérias-primas locais a fim de incrementar o potencial produtivo das florestas e promover a sustentabilidade e os significados culturais dos produtos.

A empresa Habitat Socioambiental foi um ator fundamental na estruturação da cadeia produtiva do artesanato Kayapó Mekrãgnoti. Sua consultoria incluiu oficinas sobre comércio justo, gestão financeira, formação de preço, resgate de peças, participação em feiras e mestres-artesãos. Estas visavam ampliar o arcabouço metodológico da cadeia produtiva dos Kayapó, congregando e articulando um conjunto de etapas, atividades e papéis distribuídos entre os indígenas das aldeias. Tradicionalmente as mulheres são as principais transmissoras dos conhecimentos étnicos Kayapó.

O Projeto Castanha passou por vários ciclos, desde a antiga prática de venda *in natura* para atravessadores, passando pelo benefício e extração do óleo com foco no comércio internacional e, por fim, novamente o comércio *in natura*, porém desta feita com o planejamento a longo prazo do IK, que incluiu a construção de uma fábrica para o beneficiamento da castanha. Aproveitando a fama da castanha como produto extrativo tradicional na cultura Kayapó esta foi qualificada como produto etnocomunitário, tendo inclusive embalagens personalizadas pelo IK.

Do modo similar, o Projeto Babaçu valoriza as diversas potencialidades da planta, desde a geração de energia até a produção de peças com suas palhas e sementes. Destaca-se nessa cadeia produtiva o papel das mulheres Kayapó da aldeia Baú na produção tradicional do óleo de babaçu. Já o Projeto Cumaru envolve esta outra planta

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

amazônica³⁰, a qual além dos fins medicinais é utilizada pela indústria cosmética. As mulheres são maioria na produção, ficando também com a maior parte da renda obtida.

O Projeto INOKÀ ('camiseta', em Kayapó) promove a produção e comercialização de camisetas inspiradas no grafismo Kayapó. Foram lançadas as coleções ÔK (pintura/grafismo em Kayapó) e Grafismos Kayapó. O projeto foi desenvolvido pelo IK, com recursos do Termo de Cooperação Eletrobrás, com apoio da FUNAI e consultoria da Habitat Socioambiental. Cada camiseta buscava apresentar uma variada padronagem relacionada a um aspecto diferenciado da cultura Kayapó.

Outro projeto, denominado Arte Kayapó, abarca o artesanato como um importante patrimônio cultural de todo o povo Kayapó. A arte criada nas aldeias é muito rica em detalhes e demonstra uma especialização produtiva dividida por gênero. Cabe aos homens peças rituais e utilitárias, especialmente as trançadas, como os cestos, e peças decorativas, por vezes reduzidas, de remos, cachimbos e bordunas. A desenvoltura do trabalho das mulheres Kayapó Mekrãgnoti com as miçangas e com a fiação de algodão possibilita a criação de diversos adornos como brincos, colares e pulseiras. Talvez dentre as peças desenvolvidas pelo IK que melhor retratam a identidade Kayapó estejam os grafismos criados pelas mulheres, os quais, além da beleza dos desenhos, demonstram sua simetria e perfeição que chamam a atenção, servindo também como um padrão de identificação étnica. Rostos, braços, peitos, ou pintura corporal de todo o corpo possuem padrões gráficos diferentes. Estas pinturas também variam de acordo com a faixa etária e o gênero da pessoa.

Outra notável parceria é a firmada entre o IK, o Instituto Menire, (Figura 5), (organização indigenista mista) e mulheres Kayapó da aldeia Pukanu. Elaborado em 2006 pela indigenista Carmen Figueiredo em parceria com as mulheres Kayapó. Para este povo a pintura corporal é uma expressão estética, mas fundamentalmente é a segunda pele que veste o indivíduo de seu papel social. A tintura utilizada mistura jenipapo, água e carvão e a aplicação é feita com um pequeno filete de palmeira, ou bambu, e com as mãos.

O objetivo do Projeto Menire é preservar e divulgar a cultura desse povo. Os grafismos tradicionais são transferidos de seus corpos para os tecidos, adereços de miçangas e criação de estampas. Há um código complexo por trás dos desenhos criados que são extremamente elaborados e representam formas abstratas de jabutis, peixes, antas, plantas, aves. O Projeto Menire também foi responsável em 2010, pela capacitação de cinco mulheres indígenas para registrar com fotografias sua própria cultura e as atividades do projeto. Toda a renda gerada com essas peças é destinada integralmente para as mulheres nas aldeias.

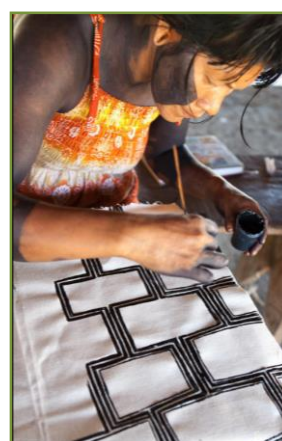


Figura 5. Instituto Menire incentiva a arte das mulheres Kayapó ao criar peças que transportam para tecidos e miçangas sua pintura corporal e outros elementos de seu universo mítico. Fonte: Rui Faquini, Instituto Menire.

³⁰ Em 2014, é citada a grande demanda e seu alto valor (R\$ 25,00/kg) de comercialização.

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

Com o intuito de divulgar os produtos, promover a articulação dos Kayapó e a comercialização do artesanato em maior volume, o Instituto Kabu sucessivamente participa de eventos multiculturais e feiras de artesanato de variadas magnitudes, em todo o Brasil. Além desses eventos a venda da produção é realizada numa etnoloxia virtual³¹ do IK com a opção de pagamento *on-line*. É valorizado o caráter orgânico, sustentável e cultural agregado à produção das peças. A comercialização envolve objetos decorativos e utilitários.

Entre 2014/2015 uma grande rede de lojas do setor de moda sediada no Rio de Janeiro – a Farm – lançou uma coleção de roupas, bolsas, calçados, pulseiras e colares inspirados nos desenhos tradicionais dos Kayapó. Uma equipe da empresa passou cinco dias na aldeia Pukanu, onde travaram contato com as mulheres artesãs. O projeto foi acompanhado pelo Instituto Menire e teve parte da renda obtida com a venda dos produtos destinada aos Kayapó. Duas estampas foram produzidas também com a participação da multinacional *Adidas Originals*.

3.11 Wariró – Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro

Outro exemplo a ser aqui abordado é o da Wariró – Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro (Figura 6). Este é um centro de comercialização promovido pela FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, e estabelecido no centro de São Gabriel da Cachoeira – AM, desde 2005.



Figura 6. Logotipo da Wariró e imagens da confecção e produção das peças. Fonte: <http://www.foirn.org.br>. Acesso em abril de 2016.

Este exemplo de cadeia produtiva do artesanato indígena na Amazônia destaca-se por sua abrangência, pois abarca uma grande diversidade étnica – 23 grupos de três famílias linguísticas, Tukano Oriental, Aruak e Maku – que totalizam 50 mil indígenas, distribuídos em 30 milhões de hectares (sendo 11 milhões de Terras Indígenas demarcadas). A FOIRN é uma federação – fundada em 1987 como associação civil sem fins lucrativos, sem vinculação partidária ou religiosa – que congrega 89 associações indígenas de base que representam cerca de 750 aldeias.

A Wariró é administrada diretamente pela FOIRN³², que tem como sua maior instância deliberativa uma Assembleia Geral³³, a qual escolhe os membros de uma diretoria executiva e de um conselho diretor. A diretoria se divide em departamentos setoriais, que promovem linhas de ações tais como: gestão territorial, educação escolar indígena, segurança alimentar, direitos indígenas, saúde indígena, mudanças climáticas e comercialização, concretizada pela Wariró.

³¹ <http://www.mekragnoti.com.br/>. Acesso em abril de 2016.

³² A gerência da loja é escolhida pela FOIRN e fica responsável por coordenar a compra e a comercialização dos produtos. Além do gerente, a loja ainda conta com um atendente.

³³ A Assembleia Geral é composta por delegados advindos das assembleias regionais, que representam as cinco

coordenadorias regionais, delimitadas étnica e territorialmente: Coitua: Coordenadoria das Organizações Indígenas do Rio Tiquié e Waupés; Cabc: Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco; Coidi: Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté; Caiarnx: Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro-Xié; e Caimbrn: Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro.

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

Como já mencionado anteriormente, São Gabriel da Cachoeira é o Município com maior número de indígenas do Brasil (quase 30 mil), os quais representam mais de 75% de toda sua população. Outra peculiaridade é que foi o primeiro Município brasileiro (desde 2002) a estabelecer outras línguas que não o português como oficiais, no caso três idiomas indígenas: nheengatu, tucano e o baníua. Outros dois grandes Municípios na região abrangida pela FOIRN que também possuem população indígena bastante consideráveis, são Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos (respectivamente, mais de 10 mil e mais de 8 mil).

O nome Wariró advém de um personagem mítico, presente na maioria das narrativas dos povos do Rio Negro. Numa delas, do povo Baré, ele tinha muitas filhas, sendo isso sua grande riqueza.

“Na mesma época, vivia Basebó, que conhecia e fazia todos os tipos de artesanatos. Vendo isso, Wariró deu uma filha ao Basebó para ter em troca todos os tipos de artesanatos, que ele – Basebó – sabia fazer. Portanto, produzir e vender produtos que agregam conhecimentos milenares é uma maneira dos povos indígenas do Rio Negro acessar e ter o que eles não podem fazer, no caso, produtos industrializados.”³⁴

Assim, nas palavras de André Baniwa, importante liderança indígena da região, Wariró “não era um artesão, mas um estrategista”. É por meio da estrutura da FOIRN, já descrita, que os artesãos e/ou suas associações locais se comunicam com a Wariró, eliminando a necessidade de intermediários que invariavelmente diminuem de maneira considerável as possibilidades de lucro na cadeia produtiva. Assim, os artesãos remetem ou

levam pessoalmente suas produções à Wariró, que faz a comercialização.

A Wariró também foi estabelecida no âmbito do PRDIS – Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável, criado pela FOIRN em parceria com os Governos Municipal, Estadual e Federal e ONGs. O PRDIS envolvem muitas linhas de ação, entre elas, por exemplo, a gestão das TIs, com a execução de projetos de zoneamento do território, os quais tiveram a participação do INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia e do ISA – Instituto Socioambiental.

Nesse sentido, a Wariró representa uma proposta de desenvolvimento sustentável, ao agregar valor à produção artesanal baseada em matérias-primas retiradas e processadas de acordo com os conhecimentos tradicionais. Esta cultura moldada numa temporalidade imemorial respeita a capacidade de recomposição ambiental, tanto das espécies diretamente utilizadas quanto de seus habitats, os variados microambientes existentes na região do Rio Negro (a Floresta de terra firme, a Caatinga amazônica e Floresta de Igapó).

“O que hoje chamamos de artesanatos na verdade são artefatos muito usados nos afazeres do nosso dia a dia, como a pesca, caça, agricultura etc. Esses artefatos possuem técnicas milenares de confecção e possuem marcas da nossa identidade cultural, evidenciadas pelos tipos de trançados, desenhos, pinturas e matérias-primas utilizadas. E neles também estão presentes as histórias dos nossos antepassados, que são repassadas para as futuras gerações quando ensinamos nossos filhos a confeccioná-los”.³⁵

No processo de formação e consolidação da Wariró a participação das mulheres foi fundamental,

³⁴ <https://foirn.wordpress.com/2013/11/07/vi-encontro-de-produtores-indigenas-do-rio-negro-foi-realizado-nos-dias-29-a-31-de-outubro/>. Acesso em abril de 2016.

³⁵ <http://www.foirn.org.br/povos-indigenas-do-rio-negro/a-foirn-e-a-valorizacao-do-artesanato-indigena-do-rio-negro/>. Acesso em abril de 2016.

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

organizadas no Departamento de Mulheres da FOIRN, que congrega as diversas associações de mulheres indígenas do Rio Negro. Em muitos casos as associações locais de mulheres e de artesãos são coincidentes, o que demonstra a força do gênero nessa cadeia produtiva. A Wariró teve como embriões oficinas e encontros entre mestres-artesãos e aprendizes, que possibilitaram um processo de resgate de variadas técnicas, como confecção, pinturas e desenhos, e de manejo de matéria-prima. Logo,

“A Casa também se tornou espaço de troca de conhecimentos, onde os artesãos promovem seminários e encontros para intercâmbio de saberes. Como bons frutos dessa iniciativa, hoje já encontramos na região diversas associações de artesãos indígenas fazendo e vendendo artesanatos e gerando renda para suas famílias. E algumas das técnicas de confecção que estavam ameaçadas de desaparecer hoje estão revitalizadas e sendo repassadas para as futuras gerações.”³⁶

Esta dinâmica de associativismo majoritariamente feminina, reforçada pela rotina de encontros, oficinas e feiras, é a estrutura que sustenta a Wariró. Entre 2006 e 2014 aconteceram sete rodadas do Encontro de Produtores Indígenas do Rio Negro, eventos fundamentais para planejar, criar e catalisar diversos projetos que envolvem toda a magnitude e diversidade de população e território abrangida pela FOIRN.

Uma das importantes iniciativas tomadas após as três primeiras versões do Encontro de Produtores Indígenas do Rio Negro, em 2006, 2007 e 2008, foi planejar a criação de um selo que certificasse os produtos artesanais dos povos indígenas do Rio Negro. Tal ideia teve como origem as reações do

povo Baniwa, que registraram a marca Arte Baniwa, após a tentativa de registro de uma marca por designers que planejavam utilizá-la para fins particulares. A marca serviu para identificar a produção de cestaria a partir da fibra de arumã, e também a pimenta Baniwa. Este processo foi fortalecido pelo reconhecimento, em 2010, pelo IPHAN do Sistema Agrícola do Rio Negro como Patrimônio Cultural do Brasil. Finalmente, no IV Encontro, realizado em 2009, ocorreu o lançamento do selo Produto Indígena do Rio Negro, primeira iniciativa de autocertificação para produtos indígenas no país. A responsabilidade pela aplicação do selo é da FOIRN, que fiscalizará

(...) “quatro critérios (...): a produção artesanal segundo métodos tradicionais; a produção por indígenas; a produção na região do Rio Negro; e a comercialização respeitando os critérios de comércio justo estabelecidos e acordados entre artesãos e os pontos de venda”.³⁷ (Figura 7).



Figura 7. Peça artesanal com o selo Produto Indígena do Rio Negro. Fonte: Wariró; Foto: Ray Benjamim/FOIRN

³⁶ <http://www.foirn.org.br/povos-indigenas-do-rio-negro/a-foirn-e-a-valorizacao-do-artesanato-indigena-do-rio-negro/>. Acesso em abril de 2016.

³⁷ <https://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2869>. Acesso em abril de 2016.

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

Em 2010,³⁸ a pedido da FOIRN, ocorreram oficinas de capacitação em negócios promovidas conjuntamente com o ISA – Instituto Socioambiental, o SEBRAE – Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas e a FUNAI, intituladas “Plano de Negócio de Gestão do Centro de Comercialização de Produtos Indígenas Wariró”, “Formação de Preços” e “Técnicas de Venda”. as oficinas tiveram participação de lideranças indígenas.

No VII Encontro de Produtores Indígenas do Rio Negro, realizado em 2014, na cidade de Barcelos – AM, uma das discussões levantadas foi sobre a precificação dos produtos comercializados na Wariró. Desde o ano de 2008 a tabela de preços utilizada para a venda estava inalterada, o que provocava uma defasagem que desestimulava o comércio. Neste sentido as Coordenadorias Regionais da FOIRN estabeleceram grupos de trabalhos locais que levaram suas demandas e sugestões para o encontro, e conjuntamente estabeleceram nova tabela de preços e produtos.

Por fim ressalta-se a importância da política de comunicação criada e mantida pela FOIRN no fortalecimento das iniciativas de autogestão da cadeia produtiva do artesanato indígena no Rio Negro. Além de uma página eletrônica de fácil leitura e com muitas informações, a entidade mantém um blog no qual são atualizadas notícias e reportagens, sobre, por exemplo, as oficinas, feiras e encontros realizados. A Wariró possui também, desde 2012, uma página na rede social Facebook, bastante ativa, com publicações constantes de fotos e informações dos produtos ofertados.

4. Avaliações das Experiências e Recomendações

4.1 Problemas e Dificuldades detectados

Os principais problemas detectados referem-se à comercialização de produtos artesanais indígenas por empresas que não possuem compromisso com as normas do comércio justo, ou mesmo de responsabilidade social e ambiental. Proliferam, tanto em ambiente virtual, quanto em lojas físicas, espaços que comercializam o artesanato indígena sem a preocupação com o retorno de renda e mesmo de imagem às comunidades produtoras.

Estas iniciativas, além de promoverem um tipo de cadeia produtiva que não respeita as instâncias organizativas políticas dos povos indígenas, abandonam os seus conhecimentos tradicionais sobre a sustentabilidade. A escala da produção não é controlada, o que não possibilita a renovação das matérias-primas, podendo provocar a escassez destas, o que é extremamente trágico principalmente para as comunidades indígenas.

Outra questão é a concorrência com produtores artesanais não indígenas. Estes possuem geralmente maiores facilidades por sua localização e maior inserção no mercado. Muitas vezes as peças artesanais são simplesmente copiadas das originais indígenas e, aproveitando-se das vantagens descritas, conquistam um mercado que poderia ser destinado aos artesãos indígenas.

Dentre a cadeia produtiva do artesanato indígena na Amazônia um dos maiores gargalos encontra-se na passagem da etapa da produção para a comercialização. Aqui sobressaem-se problemas como o alto custo do transporte em espaços verdadeiramente gigantescos e desprovidos de

³⁸ <http://www.amazonas.am.gov.br/2013/05/governo-do-amazonas-e-parceiros-capacitam-indigenas-na-gestao-de->

negocios-em-sao-gabriel-da-cachoeira/. Acesso em abril de 2016.

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

infraestrutura básica. Neste sentido, quase que invariavelmente os povos indígenas se veem obrigados a promover a cadeia produtiva do artesanato através de parcerias com ONGs, empresas ou instituições públicas que, no mínimo, aporem recursos suficientes para o transporte da produção e a colocação desta no mercado.

Muitas vezes a fragilidade da organização política das comunidades indígenas também é um fator negativo na cadeia produtiva, ao refletir tensas disputas faccionais. Assim são observados conflitos dentro das próprias etnias, entre famílias, lideranças, ou mesmo associações com interesses distintos. Tais conflitos favorecem a infiltração de atores que não estão envolvidos minimamente com qualquer senso de justiça na promoção das cadeias produtivas.

4.2 Propostas para Implantação e Melhorias na Gestão da Cadeia Produtiva do Artesanato Indígena no Âmbito Municipal na Amazônia

Verificou-se ser fundamental uma saudável e orgânica forma de organização política das comunidades e povos indígenas para o sucesso das iniciativas relacionadas à cadeia produtiva do artesanato indígena. Como demonstrado nas experiências detalhadas, o associativismo é basilar na estruturação da cadeia produtiva. Nos exemplos mais bem-sucedidos o início da narrativa sempre passa pela criação de associações, seja de mulheres, de artesãos, ou de comunidades.

Este associativismo atravessa diferentes escalas, desde indivíduos e famílias, passando por comunidades e aldeias, e alcançando povos e etnias. Mais além são também atores centrais as grandes confederações, federações e organizações que congregam diversas associações de base. Cada escala de organização política e administrativa é importante para a geração de uma cadeia

produtiva sustentável, e quanto mais essas estiverem relacionadas melhores serão os resultados.

A questão municipal na Amazônia é bastante particular principalmente pelo tamanho de seus territórios e pela presença de áreas protegidas que não estão sob jurisdição desses Governos. Muitas vezes as TIs abarcam mais de um Município o que por si só já se apresenta como uma dificuldade no relacionamento entre os povos indígenas e os Governos Municipais. Por outro lado, a criação de instâncias participativas e representativas destes grupos indígenas dentro da Administração Pública Municipal é extremamente necessária e urgente. Pequenas ações, como a promoção de oficinas, feiras e encontros locais, são essenciais para a vitalidade dos povos, de suas organizações políticas e, por conseguinte, de suas cadeias produtivas.

Este auxílio da Prefeitura em inserir as comunidades indígenas em circuitos mais amplos, nos quais elas tenham maiores possibilidades de promover o próprio desenvolvimento sustentável, é fundamental. Como ganho imediato do Município sinaliza-se a própria qualidade de vida da população com o aumento da possibilidade de desenvolvimento econômico e social de forma sustentável. Em outro sentido destacam-se também a divulgação em diferentes escalas de uma imagem bastante positiva do Município, associada ao desenvolvimento sustentável, ao respeito interétnico e à promoção das identidades vinculadas ao território municipal.

Todas estas positivities podem ser aproveitadas em ações em diversos setores, como por exemplo, o do turismo. Esta atividade tem crescimento continuado em todo o mundo, e cada vez mais assiste-se a busca de locais diferenciados por suas características ambientais e culturais. Neste sentido as comunidades indígenas e seus territórios são locais exemplares para a atração de

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

turistas que muito contribuirão para a economia municipal.

5. Considerações Finais

A cadeia produtiva do artesanato indígena na Amazônia possui várias experiências com longo histórico de execução e superação dos variados obstáculos que a ela se interpõem. Objetivou-se aqui primeiramente definir alguns conceitos fundamentais para compreensão do tema: produção artesanal, povos indígenas e as relações destes com a questão do desenvolvimento sustentável e a gestão ambiental municipal.

Em seguida tratou-se de explanar algumas experiências de formação destas cadeias produtivas bastante exemplares. Com isso verificaram-se muitas características que catalisaram ou retardaram o desenvolvimento dessas cadeias de produção. Observou-se também a diversidade cultural apresentada pelos povos indígenas amazônicos e a impossibilidade de tratá-los enquanto unidade étnica. Isto reflete-se na variedade de formas organizativas, nos produtos oferecidos e nas pretensões a serem alcançadas por cada comunidade e povo indígena.

Desta maneira deve-se levar em especial consideração a escala de produção que pretendem os artesãos e suas comunidades, principalmente em relação à possibilidade de manutenção de seus modos tradicionais de produção, calcadas em um conhecimento étnico preocupado com a sustentabilidade das suas práticas. Neste sentido, cabe observar e compreender que o artesanato indígena é mais que um produto a ser precificado e comercializado, mas uma forma dele e seu povo de se relacionar com o ambiente, de sobrevivência cotidiana, e de manutenção e reprodução de suas dinâmicas culturais e identitárias.

Conclui-se serem estas atitudes fundamentais para a consolidação de cadeias produtivas de artesanato indígena que respeitem a autonomia dos povos, e portanto tenham a possibilidade de conquistar mercados que cada vez mais exigem conhecer a origem e caminho dos produtos consumidos.

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

6. Referências Bibliográficas

BRASIL. FUNAI. Lideranças Kayapó assinam convênio com Funai e DNIT para atenuação de impactos da BR-163. 11 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2049-liderancas-kayapo-assinam-convenio-com-funai-e-dnit-para-atenuacao-de-impactos-da-br-163>. Acesso em abril de 2016

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Base Conceitual do Artesanato Brasileiro* – Programa do Artesanato Brasileiro. 2012. Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1347644592.pdf. Acesso em abril de 2016

BRASIL, IBGE. *Censo Demográfico*, 2010. Tabela 3592 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por situação do domicílio e sexo, segundo os grandes grupos, subgrupos principais, subgrupos e grupos de base da ocupação no trabalho principal. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em abril de 2016.

ESTEVES, K. Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas. In: MARCOVITCH, Jacques (Org.). *Fundo Amazônia: uma experiência de cooperação internacional e gestão brasileira*. São Paulo: FEA/USP, 2013. Disponível em: <http://www.usp.br/mudarfuturo/cms>. Acesso em abril de 2016.

FIGUEIREDO, Carmen. Menine: O Projeto das Mulheres Kayapó. In: RICARDO, B e RICARDO, F (org.) *Povos indígenas no Brasil: 2006-2010*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

INSTITUTO KABU. Projeto Fortalecimento de atividades de geração de renda. Proposta do Instituto Kabu para o Fundo Kayapó – FUNBIO: http://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2015/12/IK_2o-edital.pdf. Acesso em abril de 2016.

JEROZOLIMSKI, A. e RIBEIRO, M. (et al.). Cisões Recentes e Mobilidade das Comunidades Kayapó. In: RICARDO, B e RICARDO, F (org.) *Povos indígenas no Brasil: 2006-2010*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

NEGÓCIOS PARA AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL. Catálogo da exposição Negócios para Amazônia Sustentável. Secretaria de Coordenação da Amazônia do MMA, PPG7, Amigos da Terra - Programa Amazônia, WWF Brasil, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do RJ e Couro Vegetal da Amazônia/Amazonlife. Rio de Janeiro, 2002/2003. Disponível em: http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/wwf_1.pdf. Acesso em abril de 2016.

Esta Nota Técnica busca oferecer à Administração Municipal algumas referências para fomento de cadeias produtivas do artesanato indígena na Amazônia.

7. Referências de Sites na Internet

<http://www.foirn.org.br/>. Acesso em abril de 2016.

<https://foirn.wordpress.com/>. Acesso em abril de 2016.

<https://www.facebook.com/CasaDeProdutosIndigenasWariro>. Acesso em abril de 2016.

<http://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em abril de 2016.

<https://pib.socioambiental.org/>. Acesso em abril de 2016.

<http://www.funai.gov.br/>. Acesso em abril de 2016.

www.kabu.org.br/. Acesso em abril de 2016.

institutokabu.blogspot.com/. Acesso em abril de

2016.

<https://www.facebook.com/Instituto-KABU-M%E1%BA%BDkr%C3%A3gn%C3%B5tire-268867776464657/>. Acesso em abril de 2016.

ABEXA - Associação Brasileira de Exportação de Artesanato: <http://192.241.167.234/>. Acesso em abril de 2016.

<http://www.nusoken.com>. Acesso em abril de 2016.

É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.



ibam

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM
Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios do Bioma Amazônia – PQGA

Rua Buenos Aires nº 19 – Centro – RJ

Email: contato-amazonia@ibam.org.br | Web: amazonia-ibam.org.br

Autor: Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira

Consultor do PQGA/IBAM

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ